Decreto nº 4.168, de 07 de abril de 2014.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Taquaritinga.

Dr. Fulvio Zuppani, Prefeito Municipal de Taquaritinga, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais e com base no art. 77, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Taquaritinga, e,

Considerando o ofício 039/2014, de 07 de março de 2014, da lavra da senhora Livia Zuppani, d. Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Taquaritinga, comunicando sobre a aprovação do Regimento Interno do referido Conselho;

Considerando que o Regimento Interno do CMDCA, foi aprovado em Assembléia Ordinária realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Taquaritinga, em 27 de fevereiro de 2014;

Considerando que o Regimento Interno aprovado atende os preceitos da Lei nº 2.379, de 12 de fevereiro de 1992, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente,

Decreta:

Art. 1º. Fica aprovado na forma do Anexo I deste Decreto, o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Taquaritinga.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 07 de abril de 2014.

Dr. Fulvio Zuppani
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Departamento de Secretaria e Expediente, na data supra.

Agnaldo Aparecido Rodrigues Garcia
Diretor do Departamento
Anexo I ao Decreto nº 4.168/2014.

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA COMARCA DE TAQUARITINGA/SP

CAPÍTULO I DA INSTITUIÇÃO

Art. 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Taquaritinga, instituído pela Lei Municipal nº 2.379, de 12 de fevereiro de 1992, com base na Lei Federal nº 8.069/90, será conhecido pela sigla CMDCA.

Art. 2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é por sua natureza, órgão normativo, consultivo, deliberativo, conscientizador, fiscalizador e controlador das ações políticas de promoção, atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem fins político-partidários e/ou ecumênicos, formado paritariamente por representantes dos órgãos governamentais da esfera municipal e por setores representativos da sociedade civil.

CAPÍTULO II DA FINALIDADE

Art. 3º. O CMDCA tem a finalidade de cumprir as linhas de ação da política de atendimento e defesa, que abrangem:

I - o atendimento aos direitos da criança e do adolescente no Município de Taquaritinga, assegurando, com absoluta prioridade, os direitos à vida, à saúde física e psíquica, à alimentação, à educação, à assistência social, à moradia, ao lazer, à profissionalização, à proteção no trabalho, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de impedir, dentre outras, toda e qualquer forma de negligência, abuso, discriminação, exploração, maus-tratos, crueldade e opressão;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para os que dela necessitem;

III - serviços especiais, nos termos da Lei.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º. O CMDCA é composto de 10 (dez) membros titulares, sendo 5 (cinco) representantes do Poder Executivo e 5 (cinco) representantes de entidades não governamentais e 10 (dez) membros suplentes na mesma proporção.

§ 1º. a nomeação e posse dos membros do Conselho dar-se-á pelo Conselho em exercício;

§ 2º. na hipótese dos órgãos governamentais ou entidades não governamentais entenderem necessária a substituição de membros titulares ou suplentes, esta deverá ser homologada pelos Conselheiros em Assembléia Ordinária ou Extraordinária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação do desligamento do representante.

CAPÍTULO IV DOS MEMBROS

Art. 5º. O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida tanto a recondução, para os membros do Poder Executivo Municipal, quanto no caso dos membros da Sociedade Civil Organizada, uma única vez.

Art. 6º. São considerados membros do Conselho, os Conselheiros titulares e suplentes.

Parágrafo único. Os suplentes só terão direito a voto na ausência do membro titular.

Art. 7º. O Conselheiro que faltar injustificadamente a 3 (três) reuniões (ordinária ou extraordinária) consecutivas ou cinco alternadas durante o ano, perderá automaticamente o mandato.

Parágrafo único. A mesma sanção a que se refere o art. 7º será aplicada aos Conselheiros membros da Diretoria.

§ 1º. as faltas deverão ser justificadas por escrito e protocoladas junto à Secretaria Executiva até a data da reunião. No caso de encaminhamento da justificativa através de meio eletrônico (*fac-símile* ou *Internet*) a confirmação de recebimento por escrito valerá como protocolo;

§ 2º. a partir da segunda falta consecutiva ou da terceira alternada, a Secretaria Executiva do Conselho notificará a entidade membro da sociedade civil ou governamental, quanto ao disposto no *caput* deste artigo.

Art. 8º. Perderão também o mandato os membros que deixarem de pertencer às Entidades de sua representação ou aos órgãos do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º. O Conselheiro que pretender postular cargo eletivo, obrigatoriamente licenciar-se-á de sua atuação junto ao Conselho, sendo que sua descompatibilização dar-se-á no prazo de seis meses antes do pleito.

Art. 10. Compete aos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - participar e votar nas reuniões ordinárias e extraordinárias, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 6º deste Regimento;

II - compor Comissões de Trabalho a que seja designado;

III - relatar matérias que lhe forem atribuídas;

IV - propor ou requerer esclarecimentos que lhes forem úteis à melhor apreciação dos assuntos em estudo;

V - desempenhar outras atividades que lhes forem atribuídas pela Diretoria ou Plenária;

VI - apresentar proposições que visem interesses da criança e do adolescente;

VII - realizar visitas a entidades, que tenham relação com os direitos da criança e do adolescente no Município de Taquaritinga/SP, quando designados e em forma de escala;

VIII - assinar a presença em documento próprio;

IX - desempenhar atividades propostas no art. 7º da Lei Municipal nº 2.379 de 12 de fevereiro de 1992.

CAPITULO V DA ORGANIZAÇÃO DO COLEGIADO

Art. 11. O CMDCA será dirigido por uma Diretoria composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, eleitos pelos Conselheiros, cujo mandato segue o disposto no art. 5º.

Parágrafo único. Os membros da Diretoria serão eleitos por um quorum mínimo de metade dos Conselheiros.

Art. 12. As Comissões de Trabalho serão formadas pelos Conselheiros (titulares e suplentes), excetuando-se os membros da Diretoria, de forma paritária, com o fim de promover estudos, elaborar propostas, disciplinar assuntos e aplicar sanções sobre temas específicos.

§ 1º. É considerada Comissões de Trabalho Permanente:

I - Comissão de Ética Permanente dos Conselhos Tutelares.

§ 2º. Fica a critério do CMDCA determinar as Comissões de Trabalho permanentes ou temporárias;

§ 3º. As atribuições de cada Comissão serão definidas por resoluções e aprovadas em Plenária.

CAPÍTULO VI DAS COMPETÊNCIAS

Art. 13. Compete ao Presidente:

I - organizar, dirigir e coordenar as atividades do CMDCA, fazendo cumprir as resoluções por ele emanadas;

II - representar o Conselho em juízo ou extrajudicialmente;

III - convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias, submetendo as propostas à apreciação, votação e dar execução às deliberações do Conselho;

IV - apresentar as pautas das reuniões;

V - receber propostas dos componentes da Diretoria e Conselheiros;

VI - decidir as questões de ordem, levantadas nas reuniões;

- VII - decidir com seu voto, os casos de empate nas deliberações do Conselho;
- VIII - assinar juntamente com o Primeiro Secretário as decisões, resoluções e correspondências que se fizerem necessárias;
- IX - assinar correspondências protocoladas endereçadas a autoridades e a outros interessados;
- X - analisar a elaboração de relatórios financeiros, juntamente com o Tesoureiro, e as atividades desenvolvidas em conjunto com as Comissões;
- XI - designar membros para compor Comissões quando se fizerem necessárias, respeitando a paridade, distribuindo as respectivas matérias a esses grupos;
- XII - expedir, com a aprovação de dois terços do colegiado, normas complementares relativas ao funcionamento do Conselho;
- XIII - assinar cheques e recibos conjuntamente com um dos Tesoueiros;
- XIV - exercer e praticar os demais atos inerentes ao cargo;
- XV - providenciar a solicitação de indicação de Conselheiro no caso de vacância deste, quando o órgão (ou entidade) não o fizer no prazo de um mês.

Art. 14. Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente em suas ausências, licenças e impedimentos;
- II - colaborar com o Presidente em suas atribuições;
- III - exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas pela Presidência ou Plenária.

Art. 15. Compete ao Primeiro Secretário:

- I - secretariar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II - redigir as atas e proceder a sua transcrição e leitura;
- III - responsabilizar-se pelo expediente;
- IV - exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas pela Diretoria.

Art. 16. Compete ao Segundo Secretário:

- I - substituir o Primeiro Secretário em suas faltas, licenças e impedimentos;
- II - colaborar com o Primeiro Secretário em suas atribuições;
- III - executar atribuições supletivas que lhe forem confiadas pela Diretoria.

Art. 17. Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I - assinar cheques e recibos em conjunto com o Presidente;
- II - responsabilizar-se pelos assuntos inerentes a seu cargo;
- III - efetuar pagamentos em espécie, nos limites e forma que forem estabelecidas pelo Conselho;
- IV - ter em dia a escrituração e registro de despesas do CMDCA;
- V - apresentar ao Conselho o relatório da situação financeira, sempre que solicitado, de acordo com o que determina art. 28 deste Regimento;
- VI - exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas pela Diretoria.

Art. 18. Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I - substituir o Primeiro Tesoureiro nas suas faltas, licenças e impedimentos;
- II - colaborar com o Primeiro Tesoureiro em suas atribuições;

III - exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas pela Diretoria.

Art. 19. Compete aos Conselheiros do CMDCA:

- I - comparecer às reuniões;
- II - debater e votar a matéria em discussão;
- III - requerer informações, providências e esclarecimentos ao relator, às Comissões Permanentes, à mesa, ou aos Secretários;
- IV - solicitar reexame de Resolução quando necessário;
- V - apresentar relatório e pareceres dentro dos prazos fixados;
- VI - participar das Comissões quando designados;
- VII - executar atividades que lhes forem atribuídas;
- VIII - proferir declarações de voto e mencioná-lo em ata, incluindo posições contrárias às matérias aprovadas, quando o desejar;
- IX - propor moções, temas e assuntos à deliberação;
- X - propor temas e assuntos para inclusão na pauta das reuniões;
- XI - propor a convocação de audiências com autoridades;
- XII - participar da escala de visitas às entidades, nos termos do art. 10, inciso VII, deste regimento;
- XIII - apresentar questão de ordem nas assembleias e nas reuniões das Comissões Permanentes e dos Grupos Temáticos, dos quais faça parte.

Art. 20. É facultado a qualquer conselheiro pedir vistas de matéria ainda não votada.

§ 1º. O pedido de que trata o caput deste artigo será concedido por prazo não superior a vinte dias, a ser fixado pelo presidente do CMDCA;

§ 2º. Quando mais de um conselheiro pedir vistas, o prazo fixado pelo presidente será comum;

§ 3º. A matéria objeto de pedido de vistas deverá ser incluída na pauta da primeira assembleia a ser realizada após o término do prazo de que cuida o § 1º deste artigo.

Art. 21. Compete aos membros suplentes:

- I - comparecer às reuniões;
- II - requerer informações, providências e esclarecimentos ao relator, às Comissões Permanentes, à mesa, ou aos Secretários;
- III - solicitar reexame de Resolução quando necessário;
- IV - apresentar relatório e pareceres dentro dos prazos fixados;
- V - participar das Comissões quando designados;
- VI - executar atividades que lhes forem atribuídas;
- VII - participar da escala de visitas às entidades, nos termos art. 10, inciso VII, deste regimento;
- VIII - executar as tarefas e participar das Comissões que lhe forem designadas.

CAPÍTULO VII DAS REUNIÕES

Art. 22. O CMDCA terá como sede a Casa dos Conselhos e reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante convocação do Presidente ou de metade de seus membros.

§ 1º. As reuniões serão realizadas com a maioria simples de seus membros em 1ª (primeira) convocação e com qualquer número em 2ª (segunda) convocação;

§ 2º. As decisões serão tomadas com deliberação da maioria absoluta (metade mais um) dos membros do Conselho presentes, em condição de titularidade;

§ 3º. A convocação para as reuniões ordinárias se dará através de ofício, enviado com antecedência mínima de 10 (dez) dias, constando a ordem do dia.

Art. 23. Os assuntos tratados e as deliberações tomadas serão registrados em ata, cujo conteúdo será objeto de apreciação.

Art. 24. As reuniões extraordinárias deverão ser convocadas por escrito quando se tratar de assunto relevante e urgente, respeitando a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, constando a ordem do dia.

Art. 25. As reuniões ordinárias e extraordinárias serão abertas à comunidade, com permissão de uso da palavra, respeitando a ordem dos trabalhos e as determinações da Mesa Diretora.

Parágrafo único. O Conselho poderá realizar reuniões restritas, sendo autorizada a participação somente dos Conselheiros de Direito, em caráter excepcional, em casos que estejam em pauta situações de risco da criança e/ou adolescente, que exijam sigilo e articulação do CMDCA a fim de promover o que estabelece o art. 18 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 26. As reuniões do Conselho ordinárias ou extraordinárias serão realizadas em local e data que serão divulgados previamente à comunidade.

Art. 27. Nos casos de vacância, a entidade ou segmento representado deverá providenciar a indicação de novo suplente, conforme determina a Lei. O Conselheiro que perder seu mandato será substituído por seu suplente.

Art. 28. O Conselho definirá e realizará reuniões com vários segmentos sociais da comunidade bem como audiências públicas em local determinado e divulgado com antecedência.

CAPÍTULO VIII DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I DOS OBJETIVOS

Art. 29. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é o órgão captador e aplicador dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de

atendimento aos direitos da criança e do adolescente, de conformidade com o Art. 1º, §1º, da Lei Municipal nº 2.822, de 22 de janeiro de 1997.

§ 1º. As ações que tratam o “caput” deste artigo, se referem prioritariamente aos programas de proteção especial à criança e ao adolescente expostos à situação de risco pessoal e social, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sociais básicas;

§ 2º. Cinco por cento (5%) dos recursos do Fundo Municipal serão obrigatoriamente destinados às ações de que trata o § 2º do art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

§ 3º. Eventualmente, os recursos do Fundo poderão destinar-se às pesquisas, aos estudos e à capacitação de recursos humanos;

§ 4º. Dependerá de deliberação expressa do CMDCA a autorização para aplicação de recursos do Fundo em outros tipos de programas, que não os estabelecidos no parágrafo primeiro;

§ 5º. Os recursos do Fundo serão administrados segundo o Plano Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente a ser definido pelo CMDCA.

SEÇÃO II

DA ADMINISTRAÇÃO, GERÊNCIA E OPERACIONALIZAÇÃO DO FUNDO

Art. 30. O Fundo ficará vinculado ao CMDCA e será administrado por este e pelo órgão do Executivo Municipal, sendo a prestação de contas feita em conjunto com este último.

§ 1º. Ao CMDCA competirá definir o plano de aplicação dos recursos do Fundo e acompanhar a execução orçamentária definida no referido plano, controlando-o e dando cumprimento às ações previstas no Plano Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º. Até o terceiro trimestre de cada ano, o CMDCA, através de Resolução Normativa, definirá o Plano Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente para o ano subsequente.

Art. 31. O Fundo será gerido pelo CMDCA, a quem competirá:

I - executar o orçamento, de conformidade com o Plano Municipal de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente definido pelo CMDCA, obedecendo a sua aplicação às normas gerais de direito financeiro;

II - receber as verbas provenientes das dotações orçamentárias destinadas ao Fundo;

III - fiscalizar a arrecadação de recursos e a sua administração pela Tesouraria Municipal;

IV - deliberar quanto à realização de despesas de custeio até dois salários mínimos mensais, segundo padrão nacional;

V - fazer requisição de produtos e serviços junto à Prefeitura Municipal através do sistema informatizado próprio;

VI - arquivar mensalmente em pasta própria do CMDCA, para efeito de acompanhamento e controle, uma cópia do balancete mensal;

VII - encaminhar à Prefeitura Municipal, até 31 de março de cada ano, o relatório anual de suas atividades administrativas e financeiras, relativas ao exercício anterior;

VIII - emitir comprovante de doação, em favor do doador, para obtenção da dedução no imposto de renda de Pessoas Físicas e Jurídicas, atendendo às Instruções Normativas nº. 258, de 17/12/2002, nº 267, de 23/12/2002 e nº 311, de 28/03/2003 da Secretaria da Receita Federal;

IX - enviar anualmente para a Unidade da Secretaria da Receita Federal relação que contenha o nome e o CPF ou o CNPJ dos doadores, com os valores individualizados de todas as destinações recebidas, mês a mês. Esta relação deverá ser entregue até o último dia útil do mês de março com as destinações efetuadas dentro do ano anterior;

X - prestar contas às entidades governamentais das quais tenha recebido doações, subvenções ou auxílios;

XI - publicar o balanço anual na imprensa local.

Art. 32. Aplicam-se ao Fundo no que couberem, todos os dispositivos legais vigentes, relativos à compra e serviços, conforme a Lei nº 8.666/94, ou qualquer legislação futura que venha alterá-la.

Art. 33. A Secretaria da Fazenda Municipal, através de seus técnicos, assessorará o Fundo, executando as atividades de orçamentos e contabilidade dos recursos do mesmo, com as seguintes atribuições:

I - recebimento, controle, recolhimento e registro em livro caixa das transferências destinadas ao Fundo;

II - elaboração de balancetes mensais e do balanço anual das atividades financeiras do Fundo;

III - prestação de contas referente às transferências destinadas ao Fundo;

IV - controle dos depósitos bancários.

Art. 34. As transferências destinadas ao Fundo serão depositadas em contas bancárias especiais, abertas em seu nome.

SEÇÃO III DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 35. O Fundo será constituído de conformidade com o art. 1º, § 3º, da Lei Municipal nº. 2.822, de 22 de janeiro de 1997.

Art. 36. Os recursos destinados ao Fundo serão contabilizados como receita orçamentária e alocados através de dotações consignadas, anualmente, na Lei Orçamentária ou de crédito adicionais, obedecendo a sua aplicação às normas gerais de Direito Financeiro Público.

CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. O presente Regimento Interno poderá ser alterado parcialmente ou totalmente através de proposta expressa de qualquer membro do Conselho, encaminhada por escrito ao Presidente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da reunião que deverá apreciá-la.

Art. 38. As alterações do Regimento serão apreciadas em reunião convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias e as matérias serão consideradas aprovadas se receberem voto favorável de metade dos Membros do Conselho.

Art. 39. Os casos omissos não previstos neste Regimento Interno serão resolvidos por metade dos Conselheiros em reunião convocada para este fim.

Art. 40. A resolução de que trata o § 3º do art. 12 deverá ser proposta por cada Comissão no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da aprovação deste Regimento Interno.

Prefeitura Municipal de Taquaritinga, 07 de abril de 2014.

**Dr. Fulvio Zuppani
Prefeito Municipal**